

Outubro 2014

### JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

#### - INSOLVÊNCIA -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30 de setembro de 2014](#)

**Reclamação de créditos – Graduação de créditos – Sentença homologatória**

A ausência de impugnação da lista definitiva de créditos não implica sem mais a produção de uma sentença homologatória «cega» por um eventual efeito cominatório pleno. O artigo 130º, n.º 3 do CIRE conjugado com os princípios processuais gerais que conferem ao juiz poderes de gestão e de direção do processo, permite e impõem que este afira da bondade formal e substancial dos créditos constantes da lista apresentada pelo Administrador de Insolvência. O conceito de «erro manifesto» a que alude o mencionado normativo não se reduz apenas à categoria do mero erro formal, podendo abranger razões ligadas à substância dos créditos em apreço o que poderá ser objeto de censura por parte do Tribunal mesmo que os aludidos créditos não tenham sido objeto de qualquer impugnação.

#### - FISCAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 23 de setembro de 2014](#)

**Responsabilidade tributária – Processo reversão fiscal – Suspensão da execução**

A responsabilidade tributária subsidiária (regulamentada no art. 24 da LGT) efetiva-se através do chamado processo de reversão fiscal (art.23 n.º1 LGT). Nos termos do art.88 do CIRE, a declaração de insolvência determina a suspensão automática da execução pendente contra o insolvente, mesmo as execuções fiscais, conforme art. 180 do CPPT. Atento o princípio da auto-suficiência do processo de insolvência e dada a natureza e finalidade do apenso de verificação de créditos, é aqui a sede própria para se conhecer da existência do crédito contra o insolvente (reclamado pela Fazenda Nacional), designadamente quanto pressupostos da responsabilidade tributária subsidiária.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 26 de setembro de 2014](#)

**Ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho – Contrato de prestação de serviços**



A Lei 63/2013, de 27/08, trouxe duas novidades: - a criação de um procedimento próprio para utilização pela ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), quando esta considere estar na presença de falsos contratos de prestação de serviço; - a instituição de um novo tipo de processo judicial com natureza urgente, denominado ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho. Esta nova ação especial para reconhecimento da existência de contrato de trabalho surgiu com o objetivo de instituir um mecanismo de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços – “falsos recibos verdes” (ação com natureza urgente e oficiosa, iniciando-se sem qualquer intervenção do trabalhador ou do empregador). Numa ação em que se cuida de qualificar o contrato como de trabalho ou de prestação de serviços, as expressões “sob as ordens, direção e fiscalização da Ré” e “com tarefas minuciosamente indicadas e definidas” revestem carácter claramente de direito, a primeira, e conclusivo, a segunda (pelo que tais expressões devem ser dadas como não escritas, havendo-as). Dos conceitos vazados nos art.ºs 1152º e 1154º do Código Civil decorre que as diferenças entre contrato de trabalho e contrato de prestação de serviços são estabelecidas através, por um lado, da obrigatoriedade da retribuição (presente no contrato de trabalho, mas não necessariamente no contrato de prestação de serviços, embora na realidade também nele exista retribuição, na maior parte dos casos); por outro, na prestação objeto do contrato – uma obrigação de meios (atividade, no contrato de

trabalho) ou de resultado (no contrato de prestação de serviços) – e, por último, na existência ou não de subordinação jurídica do prestador de trabalho ao respetivo credor. Decisivo para a distinção é o chamado elemento de “subordinação jurídica”, que consiste na circunstância de o prestador do trabalho desenvolver a sua atividade sob a autoridade e direção do empregador. No art.º 12.º do CT de 2003 (na redação da Lei n.º 9/2006, de 20/03) foi estabelecida uma presunção legal da existência de um contrato de trabalho, desde que verificados cumulativamente os dois requisitos/índices aí enunciados. O litigante de má fé deve ser previamente ouvido ao abrigo do princípio do contraditório, sob pena de não dever ser condenado como tal.

## **- LABORAL -**

### **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25 de setembro de 2014**

#### **Acidente de trabalho – Acidente *in itinere***

Os acidentes que se verifiquem no trajeto normalmente utilizado pelo trabalhador, entre a sua residência habitual ou ocasional e o local de trabalho e durante o período de tempo habitualmente gasto, são qualificados como acidentes de trabalho indemnizáveis, conforme resulta dos artigos 8.º, e 9.º, n.º 1, alínea a), n.º 2 da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro. Não obsta à qualificação do acidente de trajeto como acidente de trabalho, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro, a interrupção do trajeto, ou a alteração do mesmo, motivadas na satisfação de necessidades atendíveis do trabalhador, ou por motivos de força maior ou caso fortuito. Deve considerar-se como acidente de trabalho indemnizável o acidente ocorrido no trajeto habitual entre a residência do trabalhador e o seu local de trabalho, quando o sinistrado se dirigia para esse local após uma interrupção de duração não determinada, motivada pelo almoço com o pai que se encontrava internado em estabelecimento situado naquele percurso.

## **- PENAL -**

### **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 24 de setembro de 2014**

#### **Justa causa de despedimento – Difamação – Facebook**

No conceito de “amigos” do Facebook cabem não só os amigos mais próximos, como também outros amigos, simples conhecidos ou até pessoas que não se conhece pessoalmente, apenas se estabelecendo alguma afinidade de interesses no âmbito da comunicação na rede social que leva a aceitá-los como “amigos”. Através de um amigo a publicação de um conteúdo pode tornar-se acessível aos amigos deste, além de poder ser copiado para papel e exportado para outros sítios na internet ou para correios eletrónicos privados e de se manter online por

um período indeterminado de tempo. O recorrente não podia deixar de levar em conta todos estes fatores e, logo, não poderia, nem é credível que o tenha suposto, ter uma expectativa minimamente razoável de reserva na divulgação do conteúdo. Daí não surpreender, antes sendo o desfecho normal e previsível da conduta do A., que o resultado tenha sido o que se provou, sendo forçoso concluir que a divulgação do conteúdo em causa, apesar de disponibilizada a “amigos”, deve ser considerada como pública. Se alguma dúvida houvesse, bastaria atentar na parte final do mesmo, de onde resulta claro que o A. deixou um verdadeiro apelo à divulgação (partilha) do comunicado para além dos seus amigos, ao rematar o texto escrevendo “PARTILHEM AMIGOS”, expressão tem um sentido equivalente ao que num outro contexto teria dizer-se “divulguem amigos”. É entendimento pacífico da jurisprudência que a tutela legal e constitucional da confidencialidade da mensagem pessoal veda ao empregador a possibilidade de procurar obter provas para instruir processo disciplinar através do acesso às mensagens pessoais. As provas obtidas em violação daquele direito do trabalhador são nulas e, logo, insuscetíveis de serem atendidas. Mas como se concluiu, o trabalhador, por sua livre iniciativa, ao proceder aquela publicação, não só quis deixar ao livre arbítrio dos seus “amigos” de Facebook procederem conforme lhes aprouvesse na divulgação do conteúdo que publicou, como inclusive tinha em vista que através deles houvesse uma divulgação mais ampla, nomeadamente, aos “amigos” dos seus “amigos”. Por conseguinte, não podia ter qualquer expectativa de privacidade, já que deliberadamente nem a procurou preservar, antes apelando a que os seus amigos partilhassem o conteúdo (post) que publicou. Nesse quadro, tanto mais que o conteúdo publicado é expressivo na ofensiva e difamação da sua entidade empregadora e do presidente do conselho de administração, o trabalhador não podia ignorar a possibilidade séria e previsível de que o conteúdo publicado (post), chegasse ao conhecimento de um leque alargado de trabalhadores, ou mesmo de superiores hierárquicos, ou até à sua entidade empregadora. E, assim aconteceu: a publicação do conteúdo foi efetuada a 1 de Maio de 2013 e no dia imediatamente seguinte, a 2 de Maio, já tinha extravasado os “amigos” do Facebook e chegado ao conhecimento de outros trabalhadores e da entidade empregadora. Assim, está claramente afastado o carácter privado do grupo e a natureza “privada” ou “pessoal” das publicações e, logo, aquele conteúdo (post) e o seu autor não beneficiam da tutela da confidencialidade prevista no artigo 22.º do Código do Trabalho. O exercício do direito à liberdade de expressão e de opinião, consagrado no art.º 14.º do CT/09, deve conter-se dentro de determinados limites, nomeadamente, respeitando os “direitos de

personalidade do trabalhador e do empregador, incluindo as pessoas singulares que o representam, e do normal funcionamento da empresa". O A. podia livremente exercê-lo, inclusive no Facebook e reportando-se à situação e manifestando o seu desagrado, ainda que com uma linguagem "mais vigorosa", como refere. Porém, esse maior vigor na linguagem, ou mesmo o estilo "panfletário" a que também alude, não podem dar cobertura à violação dos direitos da entidade empregadora e dos seus representantes. O exercício do direito de opinião não fica diminuído por isso. Dito por outras palavras, não é necessário recorrer à ofensa grosseira e pessoal, bem como à difamação para afirmar e reclamar um direito.

## **- REGISTO PREDIAL -**

### **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30 de setembro de 2014**

#### **Venda judicial – Registo predial – Venda de bens alheios**

A transmissão de bem imóvel no âmbito da execução judicial opera a extinção ipso jure dos direitos de garantia que oneram o bem penhorado, nomeadamente as penhoras efetuadas tanto na execução judicial como na execução fiscal. Cabe ao agente de execução comunicar ao conservador do registo predial competente a realização da venda, para que este proceda ao respetivo registo e ao cancelamento das inscrições relativas aos direitos que tenham caducado com a venda, incluindo o cancelamento do registo das penhoras. A extinção dos direitos prevista no art. 824.º, n.º 2, do CC opera ipso jure. O art. 5.º, n.º 4, do CRGP consagra uma noção restritiva do conceito de terceiro para efeitos de eventual oponibilidade do registo a adquirente anterior omissis, devendo concluir-se que não são terceiros (entre si) dois adquirentes em duas vendas executivas do mesmo bem imóvel. Perante isto, a venda efetuada à autora em execução fiscal do mesmo imóvel que anteriormente tinha sido vendido em execução judicial comum aos réus configura uma venda de coisa alheia.

## **UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA**

### **Acórdão do Tribunal de Contas n.º 1/2014, de 7 de outubro de 2014**

*Fixa a jurisprudência no sentido de que a citação é causa de interrupção da prescrição do procedimento por responsabilidades financeiras sancionatórias. Em matéria de efetivação de responsabilidade financeira, reintegratória ou sancionatória, a LOPTC manda dar conhecimento ao demandado de que contra ele corre uma ação jurisdicional através de uma citação, em ordem a contestar ou proceder ao pagamento devido. Em razão do disposto nos artigos 80.º, alínea a) e 91.º, n.º 3 da LOPTC, o processo no Tribunal de Contas rege-se, ainda, e supletivamente, pelo CPCivil, sendo que às citações e notificações aplicam-se as*



*regras constantes deste último diploma legal. Tem, assim, aplicação no processo de responsabilidade financeira o efeito interruptivo da prescrição resultante do demandado, atento o disposto nos artigos 564.º do CPCivil e 323.º, n.º 1 do CCivil.*

## **PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

### **- ADMINISTRATIVO -**

#### **Decreto-Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro de 2014**

Estabelece as condições em que as empresas privadas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal podem exercer a atividade de fiscalização do estacionamento nas zonas que lhes estão concessionadas.

### **- FINANCEIRO -**

#### **Decreto-Lei n.º 145/2014, de 8 de outubro de 2014**

Clarifica o modo de contagem do tempo de serviço relevante para as pensões de reforma e de sobrevivência a atribuir após a entrada em vigor do [Decreto-Lei n.º 88/2012](#), de 11 de abril.

#### **Portaria n.º 206/2014, de 8 de outubro 2014**

Segunda alteração à [Portaria n.º 117-A/2008](#), de 8 de fevereiro, que regulamenta as formalidades e os





## EM DESTAQUE, NESTA EDIÇÃO:

### - PROCESSO CIVIL -

#### [Decreto-Lei n.º 150/2014, de 13 de outubro de 2014](#)

Clarifica o regime aplicável à prática de atos processuais enquanto se mantiverem os constrangimentos ao acesso e utilização do sistema informático de suporte à atividade dos tribunais (CITIUS). Este regime excecional de suspensão dos prazos e de justo impedimento estabelece as seguintes regras: i) Os prazos que se iniciaram a partir de 26.08., inclusive, têm-se por suspensos, contando de início a partir de 14.10.2014; ii) Os prazos cuja contagem se iniciou antes de 26.08. e que terminem depois desta data, têm-se por suspensos a partir de 26.08., contando o prazo remanescente a partir de 14.10.2014; iii) Aproveitam-se todos os atos praticados desde 26.08. até 14.10.2014, sejam os praticados em suporte físico sejam aqueles que excecionalmente se conseguiram praticar no citius; iv) Não será necessário invocar o justo impedimento para a prática do ato em suporte físico, quando nos termos do CPC o mesmo tenha que ser praticado no citius, até à publicitação da declaração do IGFEJ que ateste a operacionalidade do citius (declaração geral ou para a comarca do processo), regime que abrange todos os atos praticados em suporte físico desde 26.08; v) Após a data da publicitação da declaração do IGFEJ que ateste a operacionalidade do citius, o ato ainda pode ser praticado em suporte físico nos 5 dias úteis subsequentes - desde que dentro do prazo adjetivo previsto para a sua prática - , após o que a sua prática só será admissível via citius; vi) O justo impedimento à prática do ato em suporte físico tem que ser alegado e provado por declaração da secretaria judicial que ateste a impossibilidade de acesso ao processo eletrónico e físico; vii) Na ausência de definição no diploma do conceito de “suporte físico”, os meios a utilizar pelos mandatários para a prática do ato são o correio registado, a telecópia e a entrega na secretaria judicial, não se prevendo o recurso ao correio eletrónico; e viii) O regime excecional de suspensão dos prazos e de justo impedimento não se aplica aos processos cuja distribuição foi publicada em <http://www.citius.mj.pt> a partir de 15.9.

procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e controlo das isenções e das taxas reduzidas do Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP).

#### [Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2014/a, de 10 de outubro de 2014](#)

Regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo, que visa estimular o aparecimento de novos empreendedores e fortalecer uma cultura empresarial baseada no risco e na vontade empreendedora, incentivando a realização de projetos de investimento que contribuam para a diversificação e renovação do tecido empresarial e que se desenvolvam, nomeadamente e entre outras, na área do Turismo.